

Sessão de Encerramento

Conferência Green Projet Awards – Agricultura Sustentável

CNEMA (Auditório Scalabis), 7 junho 2018

Exmo. Presidente da CAP, Eng.º Eduardo Oliveira e Sousa
Exmo. CEO da Jerónimo Martins Agroalimentar, Prof. António Serrano
Exmos. representantes do Green Projet Awards
Caros participantes nesta Conferência
Minhas Senhoras e meus Senhores

É com todo o gosto que aceitei o convite para estar presente nesta sessão de encerramento da **Conferência Green Projet Awards**, dedicada à **Agricultura Sustentável**, felicitando as organizações que, em parceria com o Grupo Jerónimo Martins, estão na origem desta iniciativa: a Agência Portuguesa do Ambiente, a QUERCUS e a GCI.

Quando se aborda a agricultura sustentável, é importante referir que o que está verdadeiramente em causa, neste século XXI em que se assiste a uma intensa e rápida mutação tecnológica, é saber como podem as sociedades modernas adaptar e gerir os sistemas de produção agrícola de forma sustentável, utilizando os recursos de forma eficiente, preservando os recursos naturais para as futuras gerações, por forma a garantir o acesso a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que para além de satisfazer as necessidades nutricionais de uma população mundial em crescimento, tenham igualmente como referência as suas preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

Responder a estes dois desafios em simultâneo, é o objetivo central das políticas públicas, que terão, necessariamente, de ser abrangentes, multidisciplinares e transversais à economia. O debate sobre alimentação tem ganho crescente

relevância a nível global e é, indiscutivelmente, um dos principais desafios da humanidade nas próximas décadas.

O sistema de produção de alimentos não pode ser desenvolvido privilegiando a utilização intensiva, por vezes irracional, de fatores de produção e energia fóssil, dadas as possíveis consequências na degradação dos recursos naturais - solo, água, ar e biodiversidade - conduzindo a situações insustentáveis do ponto de vista ambiental e, muitas vezes, de qualidade dos alimentos produzidos. A prazo, pode mesmo inviabilizar a produção agrícola nalguns solos.

Por este conjunto de razões, a agricultura deve incorporar os desafios da inovação e da tecnologia postos à sua disposição pela investigação, bem como as oportunidades decorrentes da economia circular, intrínseca à agricultura sustentável.

Paradoxalmente, estamos confrontados com diferentes realidades a nível global, que exigem políticas ativas também diferenciadas. Segundo a FAO, a população mundial deverá registar um aumento significativo até 2050, passando dos atuais 7 para 9 biliões, o que exigirá um aumento estimado da produção agrícola de cerca de 60%.

E é preciso ter em conta que estamos em presença de uma realidade dual: enquanto nas sociedades mais desenvolvidas, o problema da obesidade está cada vez mais presente, em contrapartida, nas regiões do planeta em desenvolvimento, existem 800 milhões de pessoas com carências alimentares e nutricionais graves, passando fome - estima-se que por cada pessoa que passa fome, existem 2 pessoas com excesso de peso.

Em Portugal, segundo o INE, as disponibilidades por adulto são atualmente quase duas vezes o consumo recomendado, tornando incontornável a necessidade de combater os excessos alimentares, responsáveis por impactes ambientais negativos e por custos acrescidos no orçamento da saúde,

promovendo hábitos de consumo mais saudáveis, uma alimentação mais equilibrada e diversificada, que passa, por exemplo, pela adoção mais generalizada da dieta mediterrânica. **Mudar gradualmente a situação atual, constitui, assim, o desafio que a nossa geração tem pela frente.**

Por ser um tema com que estão atualmente confrontados os dirigentes de todas as nações, esse aspeto está presente na agenda das Nações Unidas, que recomenda o desenvolvimento de políticas de alimentação e nutrição centradas na promoção da saúde, que sejam ao mesmo tempo capazes de ser um importante veículo para o desenvolvimento sustentável – económico, social e ambiental – sendo, por essa razão, uma matéria transversal a vários domínios – Agricultura, Educação, Saúde, Turismo, Cultura, Economia, Restauração, Comércio, Indústria e Ambiente.

Os grandes desafios passam, assim, por produzir mais, consumindo menos recursos, atuando firmemente no domínio da segurança alimentar, com fortes dispositivos de controlo e vigilância, garantindo a rastreabilidade, a salubridade e a qualidade dos bens alimentares, oferecendo, simultaneamente, informação sobre a origem dos mesmos, dando assim, mais opções de escolha aos consumidores.

As escolhas dos consumidores tem um papel determinante numa sociedade livre e numa economia de mercado. Por essa razão, as políticas de alimentação e nutrição têm de englobar um conjunto alargado de medidas que visem capacitar os cidadãos para escolhas conscientes e saudáveis, mas que respeitem os seus hábitos culturais e sociais, sem prejuízo da adoção de intervenções mais dirigidas (por exemplo no domínio fiscal), indutoras de melhores hábitos de consumo ou contrariando excessos com sérios riscos para a saúde pública.

É neste contexto que o Governo aprovou no final de 2017, a **Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável**, que tem como prioridade a promoção da saúde através de uma nova ambição para a Saúde

Pública, defendendo que a obtenção de ganhos em saúde resulta da intervenção nos vários domínios de forma sistémica, sistemática e integrada, assumindo como fundamental a política de promoção de uma alimentação saudável.

A rotulagem dos produtos alimentares é, sem dúvida, uma das vertentes mais importantes, na medida em que fornece a informação relevante aos consumidores, designadamente, sobre a origem dos alimentos, permitindo-lhe efetuar as escolhas que vão ao encontro das suas preferências. Por essa razão, o Governo promoveu a publicação de normas relativas à rotulagem obrigatória nas carnes e, recentemente, do leite e dos produtos lácteos.

Queremos também dinamizar a procura de produtos biológicos, estruturando as fileiras, abrindo novos mercados e promovendo a sua notoriedade e a sua disponibilidade. A agricultura biológica é um segmento com potencial de crescimento e procura relevantes, que ocupa já 6,8% da SAU no Continente (240.000 hectares).

Neste domínio o Governo definiu uma **Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica**, com um plano de ação, envolvendo mais de 50 medidas, pretendendo-se atingir nos próximos 10 anos, 350.000 hectares (10% da SAU).

A promoção dos princípios da dieta mediterrânica, por via do consumo de produtos tradicionais de qualidade, de forma equilibrada, e o combate aos excessos alimentares, tem constituído também uma preocupação das políticas do Governo que está a apoiar a criação de cadeias curtas de comercialização e de mercados locais de proximidade, que para além de serem um instrumento de desenvolvimento da produção regional para os sistemas de produção com menor escala, têm um efeito positivo na redução da pegada ecológica.

Gostaria também de destacar os regimes de distribuição de fruta, de produtos hortícolas e de leite nas escolas, criados para promover o consumo saudável destes alimentos e, recentemente, fundidos num único programa para melhorar a eficiência, orientar melhor o apoio concedido e reforçar a dimensão educativa.

O desperdício alimentar, enquanto componente relevante da economia circular, é uma das vertentes de resposta aos desafios que enunciei. É um tema incontornável nas preocupações da sociedade moderna e que, em Portugal, para além da iniciativa governamental e autárquica, tem gerado inúmeras iniciativas da sociedade civil de inestimável valor económico e social.

Ao longo da cadeia alimentar da União Europeia, regista-se um nível de desperdício de 88 milhões de toneladas/ano, ou seja 173 Kg/habitante. Desde a produção agrícola até ao consumo final – “do prado ao prato” - existe um desperdício de cerca de 30% - números assustadores que exigem políticas mais ativas neste domínio.

Em resposta a este conjunto de desafios, o Governo apresentou em 2017, no Dia Nacional da Alimentação, a **Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar** e um Plano de Ação, que para além da criação de uma plataforma eletrónica que assegure a gestão interativa dos bens alimentares com risco de desperdício, inclui duas grandes linhas de atuação - por um lado, ações de sensibilização e de educação a vários níveis e, por outro, a necessidade imperativa de estabilizar conceitos e definições que possibilitem uma efetiva monitorização e avaliação da estratégia e dos níveis de desperdício alimentar nas diferentes fases da cadeia.

Parece importante sublinhar a alteração de paradigma nesta matéria. O desperdício, enquanto tradicional fator gerador de perda de recursos para a economia e perda de valor para as empresas, está a transformar-se progressivamente numa valorização dos recursos, e o que era encarado como uma ameaça, representa atualmente novas oportunidades de negócio.

O sucesso deste projeto não depende, naturalmente, apenas do envolvimento institucional, mas fundamentalmente, do voluntarismo da sociedade civil, o que a avaliar pela mobilização registada nos últimos anos, nos dá fortes expectativas

de que, num horizonte próximo, Portugal atingirá um nível de desperdício substancialmente inferior, correspondendo ao desafio da União Europeia de redução para metade do desperdício alimentar até 2030.

Outro domínio de intervenção do Governo que merece destaque tem a ver com a **Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente**, que congrega os princípios da alimentação saudável, segura, sustentável, ética, inteligente e a custos razoáveis.

Em Portugal são ainda relativamente baixos os níveis de I&D no setor. Para aumentar estes investimentos e maximizar os recursos disponíveis, é essencial uma melhor colaboração entre empresas e outros atores do sistema de Investigação e de Inovação, designadamente fomentando práticas de “inovação aberta”.

A ciência, a investigação e o desenvolvimento têm colocado à disposição da agricultura moderna diferentes soluções tecnológicas que estão a contribuir para melhorar a sanidade animal e vegetal e para a utilização de matérias fertilizantes e equipamentos inovadores, soluções que têm sido adotadas como instrumentos fundamentais para o aumento da produção agrícola e pecuária.

Neste domínio o Governo tem uma agenda orientada para a transferência de conhecimento para o setor agroalimentar que inclui 3 vertentes: a **primeira** através das já criadas Redes de Investigação - **Rexia2**, Rede Investigação e Experimentação da vinha e do vinho e a **Rede Alentejo Agronet** -, onde estão integrados os dispositivos de investigação e experimentação constituído pelas quintas de experimentação do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural. A segunda consiste no apoio aos Grupos Operacionais, no âmbito do PDR 2020, que são igualmente um veículo de transmissão de inovação para a economia agroalimentar, através de parcerias entre empresas, Universidades, Institutos de Investigação e organizações de produtores (30 milhões de euros, 110 grupos e 485 parceiros).

A terceira é constituída pelos Centros de Competências (são já 15), nas mais diversas fileiras agroalimentares, onde o MAFDR está presente através do INIAV, com estratégias e planos de ação objetivos, que para além de funcionarem como plataformas de transferência de conhecimento e tecnologia, são, em muitos casos, motores de desenvolvimento regional.

Entramos assim no domínio da **Economia Circular** que faz, ao nível da cadeia agroalimentar, a síntese das políticas que mencionei, a saber: a **Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável, a Estratégia Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar, a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e a Estratégia de Inovação**, com os respetivos planos de ação, com especial enfoque no uso eficiente do recurso água que está, aliás, presente nas políticas de requalificação e expansão das infraestruturas de regadio, promovendo, de forma ativa, o uso eficiente e a produtividade dos recursos por ela dinamizados, através de produtos, processos e modelos de negócio assentes na **desmaterialização, reutilização, reciclagem e recuperação dos materiais**, gerando utilidade e valor económico sustentável dos materiais, equipamentos e bens.

Desde logo, as vantagens económicas para fornecedores e utilizadores, e vantagens ambientais derivadas da menor extração e importação de matérias-primas, redução na produção de resíduos e redução de emissões associadas.

Os sistemas de produção agroalimentar orientam-se, de forma crescente, de acordo com novos princípios, conciliando, lógicas que, na nossa opinião, só aparentemente são conflitantes – em suma, produzir mais, com menos recursos, promovendo simultaneamente a recuperação e conservação dos recursos naturais. Só assim, será possível alterar, a prazo, o perfil alimentar das populações, através do consumo mais generalizado de alimentos nutricionalmente densos e com baixo impacto ambiental.

Promovem, igualmente, a utilização de práticas que permitam racionalizar o uso da água, dos fertilizantes e dos pesticidas, melhorar o estado de fertilidade dos solos, nomeadamente através da redução da perda de matéria orgânica, com efeitos na mitigação da desertificação.

O apoio à agricultura sustentável que integrou a reforma da política agrícola comum de 1992, reconheceu o carácter multifuncional da agricultura europeia, ao disponibilizar, para além de produtos transacionáveis, bens e serviços sociais e ambientais, como a preservação da paisagem, do espaço rural e do ambiente.

É neste contexto que surgiram as Medidas Agroambientais, estruturantes para o setor, com o objetivo de fomentar e remunerar práticas e tecnologias menos agressivas para o ambiente, como a Proteção e a Produção Integradas, medidas que continuarão a estar presentes na PAC pós 2020 e com maior intensidade.

Caros participantes nesta Conferência,

Ninguém tem dúvidas de que, pelas razões que expus, existe uma necessidade premente de aumentar a produção agrícola. O desafio é, pois, fazê-lo de forma sustentável, dadas as conhecidas restrições de expansão da superfície e, por força das alterações climáticas, a emergência de novas pragas e doenças.

Isto significa que a agricultura tem de ter, cada vez mais, um perfil inovador, tirando partido da expansão e redução do custo das tecnologias de informação e robótica, ferramentas da economia digital, cuja utilização permite aumentar a eficiência da produção agrícola e minimizar o desperdício.

E é também, por essa razão, que as políticas públicas de apoio ao investimento, através do seu instrumento mais relevante - o PDR 2020 - apostam num triângulo entre uma **agricultura moderna, a produção sustentável de alimentos e a inovação**, ao apoiar sistemas de produção agrícola com impacte positivo na preservação dos recursos naturais, introduzindo mecanismos seletivos, que

incentivam os investimentos na modernização tecnológica das explorações, a serem mais eficientes na utilização de energia, para a valorização de subprodutos e pela utilização de fontes de energia renovável.

Por outro lado, estas políticas privilegiam claramente a adoção de novas tecnologias. Cito apenas algumas delas, porque existe atualmente um conjunto muito amplo de novas tecnologias high tech:

agricultura de precisão, monitorização georreferenciada da produtividade ao nível das máquinas de colheita, equipamentos de condução assistida ou automática por Global Navigation Satellite System, robots de ordenha e utilização dos chamados *drones* (VANT-veículos aéreos não tripulados).

Esta panóplia de instrumentos não é ficção - estão já à disposição dos agricultores e estão a mudar gradualmente o perfil tecnológico da agricultura portuguesa, com um contributo relevante para o aumento da produção, quer em quantidade, quer em qualidade, com uma maior eficiência no uso dos recursos água e solos e esta dinâmica está também associada à regeneração do tecido produtivo, através do investimento promovido por jovens agricultores.

Termino, renovando o meu apreço pela louvável iniciativa que permitiu a exposição de pontos de vista dos parceiros envolvidos, sobre um tema que considero determinante para o futuro da nossa sociedade, sublinhando um aspeto que me parece particularmente importante: **estamos perante um desafio que não envolve apenas uma parte da sociedade, exige uma partilha ativa de responsabilidades nos diversos níveis da cadeia de valor – agricultores, stakeholders a montante e a jusante do setor primário, empresários agroindustriais, organizações do setor agrícola e agroalimentares e investigadores.**

Da parte do Governo, fica um compromisso. Prosseguir um caminho de exigência, conferindo às políticas públicas, os meios disponíveis para apoiar a mudança que permita cumprir o desiderato inicial: **produzir níveis adequados**

de alimentos nutritivos e saudáveis, garantindo a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola, preservando os recursos naturais, designadamente o solo, a água, o ar e a biodiversidade.

Muito Obrigado